



Entre as decisões que motivaram a troca de comando na Força Terrestre durante o fim de semana, está a vontade de Lula em apurar a participação de militares nos atos terroristas na Esplanada, com eventuais punições de culpados

Foco na investigação dentro do Exército

» VICTOR CORREIA

A troca de comando do Exército, durante o fim de semana, traz ao governo a expectativa de investigações e de eventuais punições de militares que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro, além da própria atuação da Força Terrestre frente aos acampamentos bolsonaristas. A demissão do general Júlio César Arruda ocorreu pela resistência do militar em perpetrar investigações e punições dentro da caserna, e alcançou o ápice após a recusa em exonerar o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, de um batalhão de forças especiais considerado sensível ao governo. A ordem veio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo comandante, general Tomás Ribeiro Paiva, convocou para amanhã a primeira reunião com o alto comando do Exército. O militar deve anunciar aos pares, no encontro, quais providências tomará em relação à possível participação de integrantes da Força Terrestre nos ataques ou casos de omissão ou leniência com os extremistas. A reunião foi marcada de forma presencial, em caráter extraordinário. Caso o general siga a orientação dada por Lula, as investigações podem se intensificar a partir desta semana. O general Tomás era o nome favorito de Lula e de aliados desde o ano passado, mas o presidente e o ministro da Defesa, José Múcio, optaram por seguir a tradição e nomear o general mais antigo, Arruda.

Tomás defende que as Forças Armadas são instituições de Estado e discursou à sua tropa, na semana passada, pedindo respeito ao resultado das urnas eletrônicas. O presidente deu a ele a missão de despolitizar o Exército, que é muito próximo de Bolsonaro, e isso inclui punições a integrantes da caserna que incentivem ações golpistas e antidemocráticas. O entendimento do governo, porém, é que integrantes específicos das Forças, inclusive de alta patente, participaram da tentativa de golpe, mas que as instituições em si não estão envolvidas.

São três os principais alvos: o tenente-coronel Mauro Cid; o atual comandante militar do Planalto, general Henrique Dutra de Menezes; e o chefe do Batalhão de Guarda Presidencial, tenente-coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, que tentou dificultar a prisão de bolsonaristas que invadiram o Planalto e discutiu com policiais militares. O general Dutra, por sua vez, impediu a retirada do acampamento bolsonarista na noite dos ataques e discutiu com o interventor

Ricardo Stuckert/PR



Lula cumprimenta o novo comandante do Exército, general Tomás, em encontro no Planalto: primeira reunião do alto comando será amanhã

federal na segurança pública do DF, Ricardo Cappelli.

Além de Lula, membros do governo cobram investigação pela ação dos militares. A operação de retirada dos bolsonaristas só ocorreu no dia seguinte. Integrantes da Esplanada relatam que, durante a noite, militares e parentes teriam sido resgatados para evitar a prisão. Aliados de Lula reforçam a teoria citando que a esposa do general Villas-Boas, um dos maiores bolsonaristas dentro da Força Terrestre, que já deu declarações golpistas, frequentava o acampamento em Brasília. Não há, porém, confirmação se a retirada de militares e parentes realmente ocorreu, mas membros do governo pedem que isso seja apurado.

O ministro da Defesa, José Múcio, por sua vez, declarou que tentou pacificar a relação entre Lula e o general Arruda após os ataques terroristas, mas que a situação ficou insustentável pela recusa de Arruda em prosseguir com investigações e punições a militares. Nos últimos dias, Lula explicitou sua desconfiança em integrantes das Forças e a omissão

de alguns generais, sem citar nomes.

“Eu exauri ao máximo. Demorei para tomar a iniciativa, porque a hora foi agora. Eu precisava me convencer disso. Tentei reconstruir essa relação, porque eu vim para pacificar a relação do governo com as Forças. Senti que não havia clima. Fazíamos reuniões, mas não tinha mais clima”, disse o ministro. “O presidente quer investir nas Forças Armadas. Mas ele não perdoou nem vai perdoar a ocupação dos acampamentos em frente ao Exército. Ele quer a apuração absoluta”, acrescentou.

Embora o Ministério da Justiça e Segurança Pública já esteja investigando



Tentei reconstruir essa relação, porque eu vim para pacificar a relação do governo com as Forças. Senti que não havia clima. Fazíamos reuniões, mas não tinha mais clima”

José Múcio, ministro da Defesa

a participação de militares, tanto nos acampamentos quanto na depredação da Esplanada, os procedimentos internos das Forças ainda são esparsos. O Ministério Público Militar do Amazonas abriu um inquérito para apurar possível crime pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) durante a desocupação do acampamento em frente à sede do CMA, em Manaus, em 9 de janeiro.

O desmonte ocorreu após ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que deu, depois dos ataques terroristas, 24 horas para que que acampamentos fossem retirados. Segundo documentos do governo

do Amazonas, que também determinou a desmobilização, o CMA guardou pertences dos manifestantes bolsonaristas e negociou a saída individualmente, dentro do quartel, com os líderes do movimento. A Polícia Militar do estado também relatou que o comando não cedeu soldados para a operação.

Em nota, o CMA confirmou a guarda de pertences dos manifestantes por dois dias, justificando que ela “ocorreu como parte das negociações, para que os manifestantes não mais retornassem ao acampamento, medida tomada em auxílio à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) para o efetivo cumprimento da medida judicial”. Já sobre a negociação com líderes do acampamento, o CMA disse que a conversa ocorreu após pedido dos bolsonaristas para conversar com o comandante, general Achilles Furlan Neto.

“A fim de que as tratativas chegassem ao resultado buscado, o oficial negociador do CMA conduziu integrantes da manifestação à sala de Relações Públicas para tratar do assunto”, diz a nota.

Evaristo Sá/AFP



Barbosa responde críticas de Mourão: “Poupe-nos da sua hipocrisia, do seu reacionarismo e do seu facciosismo político”

Barbosa reage a Mourão

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa reagiu duramente às declarações dadas pelo ex-vice-presidente Hamilton Mourão, que criticou Lula pela troca de comando no Exército.

Nas redes sociais, Joaquim Barbosa pede a Mourão que o agora senador eleito pelo Republicanos “poupe-nos da sua hipocrisia, do seu reacionarismo, da sua cegueira deliberada e do seu facciosismo político”. Barbosa afirma que “fatos são fatos!” e pede “mais respeito a todos os brasileiros!”

Os comentários foram feitos após Mourão criticar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter determinado a demissão do comandante do Exército, Júlio César Arruda, por insubordinação e resistência em anular a nomeação do ex-braco direito de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, que seria enviado para o comando de um batalhão do

Exército em Goiânia (GO).

Mourão afirmou que, “se o motivo foi tentativa de pedir a cabeça de algum militar, sem que houvesse investigação, mostra que o governo realmente quer alimentar uma crise com as Forças e em particular com o Exército. Isso aí é péssimo para o país”.

Joaquim Barbosa respondeu. “Mais respeito a todos os brasileiros! ‘Péssimo para o país’ seria a continuação da baderna, da ‘chienlit’ (termo francês para se referir à baderna ou confusão, em tradução livre) e da insubordinação claramente inspirada e tolerada por vocês, militares”, escreveu, mandando um conselho para Mourão, que agora será senador.

“Senhor Mourão, assumo o mandato e aproveite a oportunidade para aprender pela primeira vez na vida alguns rudimentos de democracia! Não subestime a inteligência dos brasileiros!”